

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2002**

-----Aos três dias do mês de Maio de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ---

- 1. CARTA DE EQUIPAMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DE SESIMBRA; ---**  
 -----**2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RESPEITANTES A 2001.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes Pereira, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Nelson Duarte Carneiro Fernandes, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Germano Óscar Amorim Barros, Maria de Jesus Amiano Marques, Júlio Alves Joaquim, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e cinco minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, Manuel Adelino Bernardino e José Manuel Lobo da Silva. -----

-----Informou depois que o Membro António Jorge Pinto Alves, eleito pela lista do PS, solicitara por motivos de ordem profissional, a suspensão do seu mandato, pelo período de dois meses, pelo que perguntava ao plenário se aceitava o seu pedido. -----

-----Não tendo havido qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite e o Presidente da Assembleia chamou a participar nos trabalhos o Membro Maria Albertina Cardoso Fernandes

Oliveira, que convocara em substituição do Membro António Jorge Pinto Alves. -----

-----Informou, por último, que o Membro Francisco Caupers de Sousa Alvim, eleito pela lista da Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP comunicara a sua substituição na presente sessão, tendo convocado o Membro José Fernando Brito Andrade, que por sua vez também comunicara a sua indisponibilidade, tendo convocado o cidadão a seguir na ordem da respectiva lista, Eduardo Manuel Costa Amigo, a quem verificava a legitimidade e a respectiva identidade e declarava-o investido nas suas funções de Membro da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e quatro presenças. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal**, pediu depois que os membros reservassem os dias 24 de Maio e 21 de Junho para a realização das próximas sessões da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Relativamente ao expediente **o Presidente da Assembleia** destacou a apresentação de cumprimentos de despedida do Sr. Arquitecto Augusto Pólvora, igualmente Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra, das funções que exerceu durante 8 anos como Administrador Delegado na Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. -----

-----Informou em seguida que como estipulava o Regimento, a Mesa decidira, conforme era usual quando se discutia o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência ou o Plano de Actividades e Orçamento, que não havia Período de Antes da Ordem do Dia. Assim sendo passava de imediato à Ordem de Trabalhos cujo ponto 1 era "**Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra**" que fora apreciado na última sessão da Assembleia Municipal de 5 de Abril e onde fora aprovado o agendamento posterior do assunto, deliberação que hoje se dava cumprimento.-----

-----Aberta a discussão usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que tivera a oportunidade antes do início da sessão de entregar na Mesa uma proposta de deliberação sobre o ponto e distribuíra alguns exemplares pelos colegas da Assembleia Municipal.-----

-----Passou depois a expor a posição da sua Bancada sobre a Carta de Equipamento Escolar e

sobre a análise que fizera da acta da reunião da Comissão "D", bem como o motivo que o levava a apresentar a proposta. -----

-----No fundamental a sua Bancada estava perfeitamente de acordo com a Carta de Equipamento Escolar e achava que era extremamente oportuna e importante para a planificação das estruturas de ensino no Concelho num futuro próximo, assim como estava de acordo com todas as recomendações que a Comissão considerara apresentar à Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----A proposta que ía apresentar apesar de ser extensa e ter sido entregue em cima da hora, o que era sempre mau, era fácil de analisar pois era praticamente idêntica em todos os pontos às recomendações que a Comissão optara por fazer. Apenas lhe parecia que determinado tipo de arrumação e uma ou outra forma de expressão poderia tornar mais clara a recomendação da Comissão. Se a maioria dos Membros da Assembleia Municipal considerasse que era preferível a aprovação das recomendações conforme constava da acta da Comissão "D", não fazia qualquer questão em relação a isso e não tinha qualquer problema em aprovar, parecia-lhe no entanto que poderia dar uma melhor arrumação. -----

-----"A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 3 de Maio de 2002, delibera aprovar a Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra, considerando dever apresentar à Câmara Municipal de Sesimbra as seguintes Recomendações como forma de poder contribuir na valorização deste importante documento:-----

-----1. Que a Câmara Municipal de Sesimbra dinamize o processo de actualização da Carta de Equipamento Escolar do Concelho de Sesimbra tendo em conta os novos parâmetros dos censos de 2001;-----

-----2. Que ainda no contexto da actualização da Carta, a Câmara Municipal de Sesimbra, desenvolva as acções necessárias à concretização das seguintes questões:-----

-----a) Ampliar e redimensionar as áreas de formação da FORPESCAS, não só no sector para que foi inicialmente criada (o das pescas) mas também em outras áreas de intervenção (turismo, construção civil, reparação naval, piscicultura, etc.) de forma a não só dispor de um mais amplo campo de formação profissional no Concelho, mas também para se obter um melhor aproveitamento das actuais instalações e infraestruturas;-----

-----b) Dar continuidade ao trabalho de análise com a DREL, das condições actuais de funcionamento da Escola Básica 2,3 de Sesimbra, tendo em vista uma remodelação a breve

prazo de acordo com a definição que a Carta de Equipamento Escolar do Concelho de Sesimbra determina e as exigências técnico-pedagógicas; -----

-----c) No âmbito da competência do Ministério da Educação, reequacionar a educação especial e ensino recorrente, no contexto da política local de educação, atendendo à sua importância na formação global da população e da nossa comunidade, no âmbito das suas competências e no respeito pela autonomia e vocação das instituições envolvidas.-----

-----3. Que relativamente à orçamentação da proposta para novas construções e ampliação referida na página 85 e na sua sequência, a autarquia elabore um plano de implementação que, definindo as suas prioridades, permita estabelecer com a Administração Central, no âmbito das suas competências, o necessário apoio financeiro. -----

-----4. Que a Câmara Municipal de Sesimbra crie o Conselho Local de Educação, no âmbito da actual legislação, no qual devam estar representados todos os órgãos autárquicos, representantes dos diferentes estabelecimentos de ensino e/ou escolas sediadas no concelho, representantes dos pais e/ou Associações de pais e Comissões de alunos numa perspectiva de participação na Política Local de Educação, na qual deve estar presente a exequibilidade desta Carta.-----

-----5. De modo a assegurar uma maior eficácia na implementação da carta, deverá a Câmara Municipal de Sesimbra dinamizar junto da DREL, uma acção permanente de envolvimento deste organismo, de forma a assegurar o comprometimento da Administração Central na concretização da referida Carta. -----

-----Dadas as interligações que consideramos que devem existir entre as Escolas do Concelho e os seus equipamentos desportivos no contexto das actuais e futuras escolas do Concelho, bem como as diferentes infraestruturas desportivas da responsabilidade do Movimento Associativo e da própria Autarquia, recomendamos à Câmara Municipal de Sesimbra, e no seguimento das intenções já por si manifestadas, que elabore a Carta de Equipamentos Desportivos para o Concelho de Sesimbra. De igual modo, e no mesmo espírito de análise globalizante recomendamos à Câmara Municipal de Sesimbra que elabore a carta de equipamentos culturais e sociais, tendo presente as manifestações culturais e tradições da nossa população, criando condições à previsão de outros equipamentos que no contexto da comunidade também têm uma relação directa com a vida da Escola." -----

-----Cedida a palavra à Câmara Municipal, a **Vereadora Felícia Costa** iniciou a sua intervenção dizendo que à semelhança do que fora informado na última sessão da Assembleia Municipal, todas as recomendações apresentadas pela Comissão "D" estavam a ser tratadas pelo Pelouro de Educação. O Pelouro da Educação iniciara contactos com o Instituto de Investigação Social Aplicada no sentido de ser feito um pequeno diagnóstico daquilo que seria a necessidade de se avançar com a Carta de Equipamentos Desportivos, também estava a elaborar uma prospecção de mercado com vista a elaborar uma carta de equipamentos sociais. -----

-----Relativamente ao ensino profissional, o Pelouro estava a desenvolver um trabalho bastante profícuo, fizera alguns contactos com o Centro Profissional do Seixal e com a DREL e estabelecera contactos com a Forpescas, tudo isto no sentido de trazer rapidamente para o Concelho dois tipos de valências em relação ao ensino profissional, uma valência que seria para os alunos que abandonavam precocemente a escolaridade obrigatória, a quemurgia dar validação académica para além da validação profissional e neste momento o pelouro da educação estava a tentar avançar com aquilo em parceria com o Centro de Formação Profissional do Seixal e com a ANEFA que era um programa que integrava o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego, e uma outra vertente de actuação que estava a ser desenvolvida para cursos de formação profissional mas com validação académica, com 3 níveis, 1º., 2º. e 3º. Ciclo, permitindo até ao acesso ao 12º. ano. -----

-----Também estava a ver com várias escolas profissionais a capacidade do concelho se candidatar à instalação no recinto do FORPESCAS a uma escola de ensino profissional e neste sentido já estabelecera algumas reuniões com o tecido empresarial do Concelho, porque teriam de ser em última análise os empresários a dizerem quais as suas necessidades em termos de saídas profissionais e ao mesmo tempo garantir também colocação no mercado de trabalho dos jovens que frequentassem esses cursos de formação profissional. -----

----- Portanto a Câmara vinha desenvolvendo contactos com o tecido empresarial, a comunidade educativa, as associações de pais, as escolas, os centros de formação profissional, no sentido de o mais rapidamente possível, se trazer para o concelho, aquelas valências díspares porque as necessidades também eram díspares. -----

-----**O Presidente da Câmara** acrescentou que no que respeitava ao Desporto e à Cultura, que eram da sua competência, no decorrer do presente mandato seriam elaboradas as respectivas cartas.

-----Usou depois da palavra o **Membro Odete Graça** que iniciou por dizer que a Comissão "D"

não reunira, relativamente ao assunto, depois da última sessão, o que significava que a posição assumida pela Comissão era a mesma e traduzia a intenção da Comissão da melhoria dos documentos numa posição de colaboração. A Comissão reforçara as preocupações quanto aos diferentes níveis de ensino. A Carta tinha que ser muito abrangente e ter outras áreas a quem se ligasse e com quem ela hoje em dia vivia. -----

-----Na Carta haviam algumas falhas ao nível processual, designações que deviam ser aferidas, e por isso a Comissão entendera referi-las de uma forma pedagógica e não no sentido de uma diminuição do trabalho.-----

-----Não fazia sentido elaborar determinado tipo de documentos orientadores apenas por obrigação legal, porque de facto a Carta desportiva, social ou cultural ou eram documentos entendidos na perspectiva de uma política global ou se se estava à espera da lei, como no caso da Carta de Equipamento Escolar, então muitos Municípios não iriam elaborá-las.-----

-----A Comissão levantara questões que entendia que deviam ter continuidade e a própria Vereadora já referira um conjunto de questões que não estando no documento elas estavam a ser desenvolvidas e era importante que houvesse o compromisso da Câmara.-----

-----Sobre o documento apresentado pelo Membro Miguel Bastos ele pecava por ser tarde como acontecera com o parecer emitido pela Comissão. As questões que eram colocadas eram mais em termos de arrumação de texto e não de levantar questões e por isso a posição da sua Bancada era a de manter a posição expressa pela Comissão na última sessão.-----

-----Usou em seguida da palavra **o Membro Carlos Filipe** que começou por dizer que ou se votava o documento apresentado pela Comissão na última sessão ou o documento apresentado hoje pelo Membro Miguel Bastos, apesar de ter havido intervalo de quase um mês desde a última sessão, baixaria à Comissão e o assunto voltaria na próxima sessão.-----

-----Não se podia ter dois pesos e duas medidas. Quando a Comissão apresentara o documento tinha havido a argumentação de que não havia tempo para o apreciar, agora sucedia precisamente a mesma situação.-----

-----Assim o documento apresentado pelo Membro Miguel Bastos devia baixar à Comissão, poder-se-ia eventualmente fundir os dois documentos e na próxima sessão ser presente à Assembleia Municipal um documento final.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que compreendia que o documento tinha sido presente à

ultima da hora à semelhança do que acontecera com o parecer da Comissão e por isso mesmo dissera que o retiraria se a Assembleia Municipal não o considerasse oportuno.-----

-----Trouxera o documento por ser um documento de redacção e fácil de analisar. -----

-----Estava receptivo, ou a retirar a proposta, ou a baixá-la à Comissão para juntamente com o parecer da Comissão ser fundido num único documento a ser presente na próxima sessão. -----

-----**O Membro Odete Graça** argumentou que parecia que não se queria discutir a Carta e tornava-se urgente definir quais as competências das Comissões, até onde elas íam, de que forma é que o trabalho das Comissões se projectava na Assembleia, de que forma é que o trabalho das Comissões devia ser tido como um documento de trabalho ou um documento permanentemente aberto. Compreendia a preocupação do Membro Miguel Bastos em reescrever as questões mas que não eram diferentes daquelas que o documento da Comissão apresentava e não criava uma alteração substancial nas áreas, nas preocupações, nas reivindicações. Então julgava que por uma questão de credibilidade devia ser feita uma análise do documento que a Comissão fizera. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que nunca tinha havido ao longo dos anos da Assembleia Municipal qualquer compromisso de ninguém face a um trabalho de uma Comissão. A Comissão elaborava, dava um parecer e a Assembleia era soberana para decidir conforme achasse. Se a ideia era fazer com que a Assembleia se sentisse vinculada à posição de uma Comissão ele não concordava de maneira nenhuma.-----

-----Seguidamente propôs a interrupção dos trabalhos por cinco minutos. -----

-----Recomeçados os trabalhos o **Membro Miguel Bastos** disse que conforme já referira a intenção da sua proposta era apenas em termos de arrumação de texto até porque não faria sentido depois do que tinha sucedido na última sessão, trazer um documento que obrigasse a um esforço de leitura, no entanto como a proposta estava a causar problemas retirava-a. -----

-----Nesta conformidade **o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta da Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra, enviada pela Câmara Municipal, que aqui se dá como transcrita, tendo sido aprovada por unanimidade.** ---

-----**Colocou depois à votação as** Recomendações da Comissão "D" que se passam a transcrever: -----

----- **"a) Que a Câmara Municipal dê resposta efectiva à Proposta então aprovada em 1997, no sentido da elaboração da “Carta de Equipamentos Desportivos para o Concelho de**

Sesimbra” atendendo à importância dos equipamentos desportivos no contexto das actuais e das futuras Escolas do Concelho bem assim como as diferentes infra-estruturas desportivas da responsabilidade do Movimento Associativo e da própria Autarquia; -----

----- b) Que a Câmara desenvolva todos os esforços no sentido de elaborar também, a Carta de Equipamentos Culturais e Sociais, tendo presente as manifestações culturais e tradições da nossa população, criando condições à previsão de outros equipamentos que no contexto da comunidade também têm uma relação directa com a vida da Escola; -----

----- c) Que a Carta Escolar, já aprovada pela DREL, seja verdadeiramente assumida pela Administração Central em parceria com a Autarquia Local, de forma a comprometer-se no apoio financeiro e na definição de políticas que permitam a construção dos equipamentos educativos que a mesma defende; -----

----- d) Que a Câmara Municipal dinamize o processo de actualização da Carta de Equipamentos Educativos, e a sua integração no território municipal, disponibilizando para o efeito os respectivos terrenos, no âmbito do PDM, tendo em vista as construções escolares previstas nesta Carta; -----

----- e) Que a Câmara, no contexto da actualização da Carta, realize esforços no sentido de reanalisar as seguintes questões: -----

----- . Estudar as possibilidades de rentabilizar as actuais instalações da FORPESCAS, no sentido de serem criados novas áreas profissionais segundo as necessidades do Concelho e zonas limítrofes considerando também a posição estratégica da Freguesia da Quinta do Conde; -----

----- . Reanalisar as condições actuais de funcionamento da Escola Básica 2,3 de Sesimbra, dadas as limitações espaciais e as exigências técnico-pedagógicas que hoje se colocam ao desenvolvimento dos 2 e 3 ° ciclos do ensino básico salientando-se a importância que a Escola pode assumir na fixação da população local à Freguesia de Santiago; -----

----- . Requacionar, no contexto da Política Local de Educação, os outros graus de ensino, nomeadamente a Educação Especial e Ensino Recorrente atendendo à sua importância na formação global da população e da nossa comunidade; -----

----- f) Que a “Orçamentação da Proposta para novas construções e ampliação”, referida na pág. 85 seja dimensionada atempadamente com o Governo, quer ao nível da reivindicação



de políticas de Educação capazes de colmatar estas necessidades, quer na descentralização de novas responsabilidades para as Autarquias Locais, tendo presente os apoios financeiros e as respectivas prioridades do Município; -----

----- g) Que a Câmara Municipal crie o Conselho Local de Educação, no âmbito da actual legislação, no qual devam estar representados todos os órgãos autárquicos, representantes dos diferentes estabelecimentos de ensino e/ou escolas sediadas no concelho, representantes dos pais e/ou Associações de pais e Comissões de alunos numa perspectiva de participação na Política Local de Educação, na qual deve estar presente a exequibilidade desta Carta." -----

-----**As Recomendações atrás transcritas foram aprovadas por unanimidade.** -----

-----O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira fez, em nome da Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS.PP, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----"A sua Bancada estava disponível desde a última Assembleia para votar favoravelmente quer a Carta, quer as Recomendações, e só lamentava o facto de se ter perdido uma série de dias, sem qualquer justificação, na medida em que nada foi acrescentado relativamente aos textos que tinham sido propostos pela Comissão a não ser um documento que de certa forma apareceu e que pretendia justificar eventualmente a posição tomada pela Bancada do PS na última Assembleia e que pelo vistos não tinha justificação nenhuma."-----

-----O Membro Miguel Bastos, prestou, em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----"A Bancada do PS congratula-se com a aprovação da Carta de Equipamento Escolar, deseja à Câmara que consiga ter o dinamismo suficiente para a sua dinamização e que tome em linha de conta as recomendações que foram feitas que lhe parecem valiosas num contributo de inter-ligação entre os dois órgãos e quero agradecer a esta Assembleia a oportunidade que deu a esta Bancada de poder analisar um documento que foi entregue sobre a hora na última reunião ao líder de bancada do PS e à restante Bancada. -----

----- Muito obrigada pela oportunidade que nos deram de poder democraticamente analisar este documento." -----

-----O Membro Odete Graça apresentou, em nome da Bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----"Também gostaria, em nome da Bancada da CDU de manifestar a nossa satisfação pela

*unanimidade relativamente a um documento tão importante que permitirá certamente no futuro tornar, em termos do ordenamento do território, uma forma diferente de fazer educação.* -----

*-----Também gostaria de sublinhar que é extremamente importante, embora hoje não tivéssemos tido uma assistência mais afim aos âmbitos da educação, que este processo pudesse ser mais discutido com os agentes da comunidade educativa.* -----

*-----Por último sublinhar a importância que este documento representa e os pontos aprovados como recomendações, e em simultâneo, de uma forma pelo menos pessoal, disponibilizar a Comissão para eventuais análises a futuros documentos que se venham a discutir."*-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2 "**Relatório de Actividades e Conta de Gerência respeitantes a 2001**". -----

-----Informou que como era usual os documentos haviam baixado para análise e emissão de parecer às Comissões "B", "C" e "D", as quais haviam reunido no dia 31 de Abril e haviam emitido a acta entretanto distribuída por todos os Membros, que na parte final era referido que as Bancadas reservavam o seu sentido de voto para o plenário. -----

-----Cedido o uso da palavra à Câmara Municipal, **o Presidente** iniciou por dizer que enganar-se-ia a ele próprio se não dissesse que os resultados apresentados na Conta de Gerência e no Relatório de Actividades respeitantes a 2001 fossem aqueles que gostaria de discutir com a Assembleia Municipal. -----

-----Não eram efectivamente aqueles que tinham previsto aquando da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento. Foram vários os motivos porque não foram atingidos os objectivos a que a Câmara se propusera, nomeadamente a crise económica e financeira que se atravessava no País e no Concelho. As receitas de capital haviam ficado abaixo das recebidas no ano de 2000 e de 1999, e as receitas provenientes dos particulares foram inferiores às previstas. -----

-----Quanto às receitas correntes, embora superiores a 2000, também haviam ficado aquém do previsto, mais propriamente as provenientes dos loteamentos, das obras e da própria sisa. -----

-----No que respeitava à despesa corrente, a Câmara assumia o aumento verificado que deveria ter sido inferior, nomeadamente quanto à aquisição de serviços, e também às despesas com o pessoal cujo crescimento excedera a previsão inicial. -----

-----Estes, entre outros, tinham sido os motivos que tinham feito aumentar a dívida de curto prazo. Também haviam contribuído para esta situação a necessidade de se prosseguir com obras

cujos compromissos a Câmara já tinha assumido, investimentos esses alguns já em curso e que correspondiam a obras inadiáveis para as populações e algumas das quais com co-financiamentos assegurados mas ainda não recebidos.-----

----- Se efectivamente a dívida aumentara fora porque a Câmara fizera obra, diria mesmo que no essencial, o ano de 2001 saldara-se por um bom índice global das actividades que só não tinha reflexo directo na taxa de execução do Plano devido ao desnível das receitas face ao orçamentado, naturalmente com o conseqüente agravamento da dívida. -----

-----A questão financeira era para a Câmara um problema que a todos tocava e estava ciente que deviam ser tomadas algumas medidas. Muito se vinha falando sobre o pagamento aos fornecedores. A Câmara já estava a proceder aos pagamentos e estavam em curso outras duas acções que levariam a que em breve se pudesse regularizar esses mesmos pagamentos com os fornecedores. -----

-----A contenção da despesa passara a ser maior, mas para além disso havia que se fazer alguns sacrifícios, teria que ser pedido um esforço suplementar aos munícipes uma vez que se afigurava provável, nesta conjuntura, um aumento de alguns custos dos serviços que eram prestados pela Câmara. O preço que era praticado no abastecimento de água estava aquém do praticado noutros concelhos, assim como a recolha dos resíduos sólidos e o saneamento básico. O esforço teria que ser colectivo. A Câmara estava a desenvolver acções que visavam inverter a situação actual, e estava certo que a Câmara iria conseguir a breve prazo regularizar a situação.-----

-----Passou, em seguida a palavra ao **Vice-Presidente** que acrescentou que a reunião conjunta das Comissões fora produtiva e os membros estavam a trabalhar numa perspectiva diferente do habitual, com a matéria estudada.-----

-----Prosseguiu depois, com a ajuda de alguns gráficos, a explicar que a receita corrente aumentara face à receita arrecadada no ano anterior, mas a ficar cerca de 8% abaixo da taxa de arrecadação do ano anterior, devido ao meio milhão de contos da sisa que ficara por se encaixar, não fosse isso havia outra receita de cerca de trezentos mil contos de recuperação do IVA, que era um processo segundo o qual a Câmara vinha pugnando há algum tempo e que a pouco e pouco vinha dando resultados. Se a sisa e a recuperação do IVA tivesse sido possível, este ano as receitas teriam andado na ordem do ano anterior e se as deduzisse à dívida final, naturalmente que a situação seria bem diferente. -----

-----Relativamente às receitas de capital verificava-se o decréscimo este ano e no ano anterior

face ao ano "record" que fora o ano de 1999. Cerca de 350 mil contos do fundo de coesão da obra da bacia que tinha as condicionantes específicas do próprio desenvolvimento da obra e portanto havia uma retenção da última percentagem a arrecadar pela Câmara em função da não conclusão da obra. Depois haviam os 700 mil contos de particulares que o Presidente da Câmara referira. Tanto esta receita dos particulares como a sisa tinham a ver com o abrandamento forte do mercado nos últimos meses do ano passado e que ainda se mantinha. Não diria que fosse consequência directa do 11 de Setembro ou da quebra das bolsas mundiais mas o que era certo era que a economia mundial ficara afectada por uma razão ou outra, e Sesimbra não fora excepção. -----

-----No que tocava à evolução das despesas correntes e de capital, a despesa total, paga e não paga, rondava os sete milhões e meio de contos, a níveis que considerava adequados ao Município, e esse movimento financeiro global, não obstante uma parte dele ser encargo de curto prazo a pagar, tivera um aumento em relação ao ano anterior de cerca de 10%. -----

-----Vendo-se depois a comparação das despesas de pessoal com as correntes, nas despesas correntes incluíam-se a aquisição de serviços que tinham tido um peso forte em 2001. Importava não esquecer que havia um conjunto de novas vertentes de actividade que a Câmara introduzira e para as quais ainda não conseguira produzir os respectivos reajustamentos, por exemplo a AMARSUL que era a empresa que fazia a recolha selectiva dos resíduos sólidos, a própria manutenção das ETAR's, a Câmara já tinha documentação preparada para brevemente haver um reajustamento, ou seja as ETAR's eram investimentos que de certa forma podiam ser considerados reprodutivos, a questão da limpeza melhorada também, e iriam haver reflexos ao nível da venda desses serviços, e portanto teria que haver esse reajustamento. -----

-----Ao nível da despesa corrente global esta tinha aumentado cerca de 14%, sendo que aquilo que se pagara aumentara apenas 10%, ou seja tinha-se ficado a dever mais em proporção ao ano anterior, contudo era um aumento que de certa forma considerava necessário face às solicitações e às necessidades que se encontravam pela frente no dia a dia e que, face ao contexto, se avançara, e a situação já não tivera grande retorno, contudo julgava haver algum controlo sobre a situação e que a breve prazo ela estivesse regularizada. -----

-----Quanto à questão do pessoal, a Câmara estava a fazer alguns reajustamentos, não se tratava de forma alguma de despedir pessoal como por vezes se ouvia, mas de alguma contenção nomeadamente ao nível de certas vertentes da despesa que não havendo a possibilidade de

implementar determinadas tarefas a Câmara teria que recuar um pouco. De qualquer modo o aumento com o pessoal fora cerca de 11,7% embora excedendo, ficara muito próximo do previsto, não tinha havido um escorregamento muito forte. De qualquer modo se aos 4% da tabela, que era a previsão que se fizera, se somasse 7 ou 8% de volume de trabalho suplementar, andava-se próximo daquilo que havia sido previsto. Um indicador que lhe parecia importante de realçar era que o rácio da despesa de pessoal com a receita corrente do ano anterior, ou seja o rácio legal passara de 67% em 1998 para 53% em 2001, era óbvio que tinha a ver com o aumento da receita mas também era óbvio que se o aumento da receita não se tivesse verificado provavelmente a expansão de determinados serviços, tipo mão de obra intensivo não teriam sido feitos, ainda assim os serviços tinham-se expandido e o rácio melhorara de forma significativa.-----

-----Passando à despesa de capital, o movimento de despesa que se notava era quantitativamente e qualitativamente diferente de 1998 para trás e naturalmente era o grande investimento que se tinha feito ao longo dos 4 anos em obras conhecidas que eram absolutamente necessárias e estavam a ser executadas para o desenvolvimento do Concelho.-----

-----No gráfico seguinte via-se a quantificação de todo investimento realizado per capita. Aí via-se que o investimento entre 2000 e 2001 decrescera ligeiramente mas tinha havido um reajustamento do número das pessoas residentes através do resultado dos novos censos porque a considerar o número anterior o valor andaria na casa dos 95 contos e 200 per capita o que significava que de facto se investira de forma considerável.-----

-----Em 4 anos o investimento por pessoa residente no Concelho aumentara cerca de 30% . O investimento por Km2 também aumentara cerca de 40% em 4 anos.-----

-----A taxa de investimento subia em relação a 2000 mas mantinha-se numa faixa de estabilidade desde 1997. O financiamento do investimento que contava com uma parcela significativa de despesa corrente, a que se chamava saldo corrente, para além de que essa parcela subia desde 1998. Em 1997 não se conseguia chegar ao financiamento do investimento através de receita corrente. Em 1998 conseguira-se e a partir daí foi-se consolidando esta variável que não deixava de ser um dado importante em termos da capacidade do Município.-----

-----Em relação à taxa de execução do Plano de Actividades julgava que era dever de qualquer Câmara prometer e mostrar que se devia sempre trabalhar numa perspectiva de programar o melhor possível a sua actividade, planear, orçamentar devidamente e portanto a taxa de execução seria uma

consequência e não um objectivo. -----

-----A questão da dívida não era de forma nenhuma das mais graves que não tivesse solução, e seguramente a breve prazo essa solução seria implementada. De qualquer modo havia um contexto ao nível da maior parte das autarquias, porque de facto tinha havido uma tendência no ano de 2001 para um descalabro financeiro, entre aspas, não só por ser ano de eleições, mas também porque houve uma crise associada, uma crise dos mercados. Julgava que não era nada de dramático, haveriam situações muito piores, nomeadamente Figueira da Foz onde já se tinham aprovado empréstimos do valor de 17 milhões de euros, e a par daquele haviam muitos exemplos pelo País fora.-----

-----Disse depois que era importante fazer-se uma pequena comparação entre dois mandatos. Não pretendia criticar políticas, simplesmente pretendia que houvesse uma noção do desempenho da gestão actual e se percebesse a evolução de um mandato para o outro. Pensava que também era importante para projectar o futuro.-----

-----Comparando verificava-se que a receita global crescera cerca de 76,3% , sendo que a receita corrente crescera para o dobro e a receita de capital cerca de 40%. Com este aumento da receita a despesa corrente e apenas a paga, aumentara cerca de 59% porque se tivera que canalizar grande parte da receita para gastos correntes. As despesas com pessoal haviam aumentado abaixo do total da despesa corrente e o investimento aumentara quase para o dobro, cerca de 98,9%, ou seja aquilo que se captara a mais em termos de receita fora sobretudo destinado ao investimento. -----

-----Havia um fenómeno que era importante referir, ou seja, nos quatro anos anteriores a despesa com pessoal tinha sido superior ao valor global de investimento e tinha-se alterado essa relação neste mandato e se a situação actual normalizasse, se se aplicar relações daquele tipo, que não era preciso ser exactamente aquelas taxas de crescimento, para este mandato que agora decorria seguramente chegar-se-ia ao fim dos 4 anos e ter-se-ia mais investimento que a despesa corrente que era esse o objectivo que devia prosseguir qualquer gestão e qualquer Câmara. -----

-----Pensava que o caminho seguido apontava nesse sentido, assim houvesse também a condição de se lá chegar porque nem tudo dependia dos gestores. -----

-----Proseguiu dizendo que as principais obras que neste momento estavam no terreno eram no sector da água onde havia um conjunto de obras significativas que estavam em curso como a obra exterior do Centro Distribuidor da Aiana, quer a obra da rede interna da Lagoa, assim como o Casal

do Sapo, no sector do saneamento donde sobressaía obviamente a obra da Bacia, obras de equipamento e habitação social com destaque para a Biblioteca e 24 fogos cuja conclusão já fora efectuada, obras no Castelo e Cemitério, no sector da educação e desporto que era uma área onde o investimento fora enunciado há algum tempo mas agora é que estava no terreno onde destacava a escola nº. 3 do Conde 1 e o Pavilhão da Quinta do Conde. -----

-----Estas obras cujos encargos no mandato anterior foram de cerca de 15 milhões de euros, o financiamento recebido para essas obras fora cerca de 8 milhões de euros, a dívida criada por estas obras fora cerca de 2 milhões e 900 mil euros, o que significava que no futuro ainda estavam por realizar 11 milhões e 800 mil euros destas obras, pagando mais os 2 milhões e 900 mil euros, devia-se atingir a quantia de 15 milhões, ou seja, o que já se pagara e se pretendia pagar no futuro destas 20 ou 30 obras mais significativas no momento actual era mais ou menos um valor idêntico, 15 milhões de euros, os financiamentos a receber eram na ordem dos 6 milhões e 200 mil euros, ou seja havia que arranjar receitas próprias ou outros meios de financiamento que permitissem que as obras fluíssem a bom ritmo em benefício das populações e do desenvolvimento do Concelho. -----

-----Ao concluir disse que haviam muitas coisas boas que se conseguira desenvolver, havia muita obra feita, que seria paga, o Município assumia os compromissos e iria honrá-los porque o que estava em causa era o Concelho e não o Partido A ou B, por isso pedia o voto favorável ao Relatório de Actividades e Conta de Gerência. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que referindo-se à intervenção do Presidente da Câmara disse que quem ouvisse o seu discurso pensaria que ele votaria contra o Relatório e a Conta de Gerência. -----

-----Se o Presidente da Câmara não estava satisfeito a sua Bancada também não estava, primeiro pela realização do Plano de Actividades e em segundo porque na discussão do Plano e Orçamento para 2001 a sua Bancada chamara a atenção para o facto de que o que a Câmara estava a apresentar era um Orçamento com valores extremamente empolados nomeadamente na área da receita e uma das receitas que se viera a verificar um decréscimo substancial fora naquela em que o PSD avisara que iria acontecer que era a sisa onde as previsões indicavam um arrefecimento da economia, mas a maioria socialista teimara que não e que se calhar ainda receberia mais. -----

----- Agora a culpa era do Bin Laden e o que valia era que o atentado fora a 11 de Setembro porque se o Bin Laden resolvesse fazer aquele estafego a 11 de Fevereiro então a desculpa da

Câmara Municipal seria tremenda. Considerava ridículo que a Câmara falasse no 11 de Setembro era mesmo quando já não tinha mais nada para dizer. -----

-----Prosseguiu dizendo que olhando para as despesas e receitas da Câmara Municipal verificava que as previsões de receitas, nomeadamente as de capital onde fora referido ter havido uma quebra, tinha dois tipos de receitas de capital, haviam aquelas que tinham a ver com financiamentos externos, os eixos prioritários 1 e 3, em que admitia que houvesse dificuldades uma vez que os quadros de apoio só apareciam no fim do ano e a sua execução não seja possível dentro do ano de 2001 e aí podia haver uma desculpa justificável da não arrecadação desses receitas, mas depois haviam outras receitas que eram a justificação da incapacidade da Câmara Municipal de fazer obra e estavam nos empréstimos a médio e longo prazo, porque nestes estavam 1 milhão e 200 mil contos e aquilo que fora realizado pela Câmara Municipal eram 200 mil contos, ou seja aquelas acções que a Câmara Municipal tinha previsto e para a qual contraíra empréstimos, e eram obras específicas, a realização da Câmara Municipal no fim do ano eram 200 para 1 milhão e 200 mil, ou seja, aqui é que se revelava a incapacidade para realizar e não dissessem que o investimento fora feito porque ele não fora feito. Existiam no Plano de Actividades indícios e capacidade financeira para realizar os investimentos que não foram feitos. As obras estavam em curso mas quando se tinha uma capacidade financeira de 1 milhão e 200 mil e se aplicava 200 mil perguntava porque é que se tinha andado a criar expectativas em termos orçamentais e de acções. -----

-----Relativamente às despesas, os quadros apresentados pelo Vice-Presidente comparando mandatos anteriores eram pouco sérios porque não tinham sido em termos de percentagem mas sim de contos, por exemplo provavelmente as despesas com os trabalhadores não tinham tido 57% de aumento pela razão que um trabalhador da Câmara há 6 anos ganhava  $x$  e agora ganha  $x + y$  e portanto há 6 anos determinado investimento tinha um valor e hoje tinha outro, as receitas tinham um valor e hoje tinham outro e portanto se se apresentava os gráficos em termos de unidade perguntava porque é que não tinha trazido os quadros relativos ao mandato a seguir ao 25 de Abril onde o Orçamento da Câmara rondava os 200 mil contos, portanto estava-se a falar de realidades diferentes.-----

-----Disse depois que se no emprego dele apresentasse um relatório em função do orçamento aprovado naqueles termos seria despedido porque quando se ía ver as percentagens, rubrica a rubrica, acção a acção, capítulo a capítulo, os desvios eram abismais, por exemplo transportes em



viaturas da Câmara Municipal, o desvio era de 1413%, no refeitório/bar da autarquia o desvio era de 4138% em relação ao orçamentado, e isto seria perfeitamente previsível, para isso bastava ver o executado no ano passado e este orçamento poderia ter sido bem feito mas não foi, porque já no ano passado o desvio fora naquela ordem. -----

-----Em relação à recolha de resíduos sólidos haviam desvios de 1027% na freguesia do Castelo e havia um desvio global de 143% no conjunto de projectos e acções. -----

-----Em relação às instalações municipais e equipamentos, quando se dizia que se melhorara as instalações dos trabalhadores da Câmara o que realmente se melhorara fora na ordem dos 42% em relação à organização, portanto o melhoramento no funcionamento fora muito pequeno. -----

-----Relativamente ao conjunto dos números haviam situações que eram uma vergonha, mais de metade da Conta de Gerência correspondia à relação das dívidas e se se folheasse as páginas verificava-se que se devia tudo e mais alguma coisa, comia-se e não se pagava nos restaurantes, as reparações dos veículos das Câmaras, assistências informáticas, à EDP, aos telefones, aos TST, devia-se as revelações dos rolos fotográficos, devia-se tanta coisa que até se devia a casota do cão para o Castelo. -----

-----Por detrás das dívidas de 1.600.000 que eram as que se viam devia-se tudo e mais alguma coisa, não se pagava nada ou quase nada, devia-se aos empreiteiros, combustíveis, a telegestão, era um desfolhar de páginas e páginas de dívidas da Câmara Municipal aos seus fornecedores, isto era uma tristeza e uma vergonha. -----

-----Aquela dívida de um milhão e seiscentos mil contos era a facturada à Câmara Municipal porque depois haviam as outras dívidas que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha mas que não estavam contabilizadas porque não estavam facturadas porque os fornecedores quando facturavam tinham que pagar o IVA e assim teriam dois prejuízos, o prejuízo que era não receber e o prejuízo de ter que pagar o IVA, portanto gostaria de saber aquilo que não se via. -----

-----Gostaria também de saber quais eram os reais valores relativamente a verbas que a Câmara Municipal de Sesimbra recebera por exemplo das participações da Lagoa de Albufeira, que arrecadara e que gastara, e que neste momento tinham sido aplicadas em determinado tipo de despesa mas que depois a Câmara Municipal ía ter que repor as verbas que a Lagoa de Albufeira pagara. Essas verbas que deveriam ser para determinado tipo de investimento, quando fosse altura de os realizar lá ía o Município contrair novo empréstimo ou arranjar uma forma de substituir essas

verbas que já tinham sido gastas noutras áreas.-----

-----Esta situação preocupa-o bastante e não entendia como é que pediam a aprovação do documento que estava longe daquilo que se previra, que revelava um endividamento no último ano fora do normal e não se desculpassem com as eleições porque ele já demonstrara em relação a determinadas acções que tinham financiamentos através dos empréstimos aprovados por esta Assembleia Municipal e que a Câmara Municipal tinha à sua disposição, não do ano de 2001, mas já desde o ano de 2000, e que não conseguira realizar obra.-----

-----O problema deste tipo de execução orçamental não era do último ano mas dos 4 últimos anos e quando o Vice-Presidente dizia que transferia receitas correntes para despesas de capital, isso era fácil, porque nas receitas correntes tinha um conjunto muito maior de receitas do que tinha antes, bastava dizer que desde que o mandato anterior começara as taxas e licenças haviam aumentado substancialmente relativamente àquelas que existiam anteriormente, os valores eram completamente diferentes, a receita tinha que ser evidentemente muito maior.-----

-----O Executivo, no mandato passado, beneficiara nos 3 primeiros anos de uma conjuntura extremamente favorável em termos de receitas de capital e de receitas correntes, quando se ía ver o conjunto das obras feitas com essas receitas verificava-se que tinham ficado muito abaixo daquilo que poderiam ter feito. O Executivo não só recebera muito mais dinheiro como endividaram muito mais a Câmara Municipal. Quem fazia aquele tipo de gestão em tempo de vacas gordas perguntava o que é que iria fazer em tempo de vacas magras. Isto era um verdadeiro descalabro.-----

-----Estranhava como é que o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente diziam que haviam pedido contenção às pessoas e claro o munícipe iria pagar mais, aliás já deveria estar a pagar mais há muito tempo, porque uma coisa seria uma subida gradual dos preços dos serviços que era justo, todos deviam pagar gradualmente os serviços de que beneficiavam, do que chegar agora e levar uma pancada para repor as finanças da Câmara.-----

-----Perguntava como é que se ía pedir sacrifícios aos munícipes quando na última sessão da Assembleia se aprovara mais despesas. Quando havia contenção havia contenção para todos.-----

-----Este desnorre que a Câmara Municipal tinha sobre a questão dos princípios e de orientação não se entendia.-----

-----Por tudo o que expusera a sua Bancada não podia votar favoravelmente o documento sob pena de se enganar a ela própria e aos munícipes dizendo que o antigo executivo municipal fizera

uma gestão extraordinária, tanto assim fora que até merecera a aprovação por unanimidade por parte da Assembleia Municipal. Estes documentos espelhavam uma gestão enganosa, desastrosa do anterior mandato. -----

-----Usou, em seguida da palavra, o Membro **Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva** que começou por dizer que não justificava questionar a Câmara Municipal de Sesimbra porque de facto não havia nada para questionar, os dados estavam nos documentos para serem apreciados. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, com a sua intervenção, dera um mau exemplo porque dissera que se tinha que pedir sacrifícios à população em virtude do estado da Nação, mas no ano passado quando se discutira o Plano de Actividades e Orçamento o Presidente dissera “a partir deste momento o desenvolvimento do Concelho vai ficar fortemente influenciado pela acção desta gestão socialista com este Orçamento”, de facto ficara influenciado mas pela negativa. -----

-----Dizia o Vereador Manuel José Pereira, “com este conjunto de verbas referidas e que se prevê vir a obter, assim tivessem todos engenho para se conseguir estas receitas, havia a possibilidade de alcançar, dependendo também da capacidade de ter os projectos e fazer as candidaturas a tempo e a horas”, dizia ele também “Em termos do investimento do Plano conseguiu-se construir uma proposta assente em critérios de grande racionalidade, de grande rigor e de grande realismo que possibilitará concluir as obras em curso e liquidar os respectivos compromissos contratuais”, perguntava: mais palavras para quê. -----

-----O Presidente da Câmara não pedira sacrifícios à população em período eleitoral e deveria ter dito qual era o estado da nação e de certeza que a população não lhe daria o voto maioritário como obtivera. -----

-----A Câmara estivera 4 quatro anos sem aumentar o tarifário da água, mostrara intenção em cobrar taxa pela exploração de inertes e nada se fizera, e ainda não conseguira ver um sinal de contenção de despesas. Não se vira o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra abdicar de alguém do seu gabinete nem de assessorias, antes pelo contrário, também avançara com as despesas de representatividade, tudo isto poderiam ser sinais de uma preocupação em termos de contenção de despesas. -----

-----Numa análise muito sumária dos documentos, quando se discutira o Plano de Actividades e Orçamento para 2001 era apresentado um Orçamento na casa dos 10 milhões de contos que fora

elaborado tendo por base a teoria da cenoura, onde existia a cenoura, a fita e o pau, a técnica era mostrar a cenoura e ao fim de dois, três meses a cenoura era engolida, ao fim de 4 meses a fita era engolida e só o pau não era engolido porque o ano só tinha 12 meses porque senão também o pau era engolido. Esta não era uma forma correcta de trabalhar. Na sua opinião só haviam dois caminhos a seguir, ou invertia-se, de uma forma séria, o cariz da questão, ou então apresentava um camião TIR carregado de euros.-----

-----Perguntou como é que era possível nos encargos assumidos e não pagos que desde Janeiro a Câmara deixasse de pagar às pessoas, simples coisas como as senhas do refeitório, os seguros dos carros, etc., seria uma estratégia política? -----

-----O Vice-Presidente dissera que a Câmara ía tentar inverter a tendência para que os empresários do concelho retomassem a confiança no executivo, mas ele pensava que se calhar já não se ía a tempo. -----

-----Outro mau exemplo era aquilo a que se podia chamar de subsídios atribuídos em 2001, ora se se estava em dificuldades económicas e estava-se desde Janeiro sem se pagar como é que compreendia atribuir quase 400 mil contos em subsídios a diversas instituições, não estava em causa que houvesse uma dezena de subsídios com justificação plena, mas havia que ter racionalidade e não se justificava continuar aquele tipo de gestão. -----

-----Pela parte da CDU estava receptiva a trabalhar com o Partido Socialista mas com um entendimento muito sério e muito honesto e não se justificava um comportamento daquela natureza e esperava que no próximo Plano de Actividades e Orçamento já houvessem sintomas claros em termos de uma correcção e de uma inversão de uma gestão que para a população de Sesimbra fora bastante danosa e o PS perdera uma excelente condição, que não se repetiria tão cedo . Tivera um governo socialista, um governador civil socialista, maioria absoluta na Câmara, maioria absoluta na Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, e isto não se iria repetir tão cedo. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Júlio Joaquim** que disse que se quisesse saber quanto é que custava a frota automóvel da Câmara não via no documento onde é que isso estava referido, também se quisesse saber quanto é que custava o equipamento informático não se conseguia saber, portanto quando a Assembleia Municipal era o órgão fiscalizador do Município não tinha acesso a essa informação. -----

-----Prosseguiu dizendo que na relação das dívidas assumidas e não pagas surgia por duas vezes

dívidas à EDP, pelo que gostaria de ser esclarecido. Também relativamente ao Relatório de Actividades na página 36 onde estava referido o mercado da Quinta do Conde, aparecia um mercado não diário da Quinta do Conde que ele próprio que vivia na Quinta do Conde desconhecia.

-----Disse depois que na reunião conjunta das comissões tivera a oportunidade de dizer que não assistia à Câmara Municipal de Sesimbra o direito de fiscalizar ou exigir o cumprimento aos empreiteiros da sua dívida à segurança social quando a Câmara não o fazia e o Vereador Manuel José respondera-lhe, conforme constava da acta distribuída, que a Câmara Municipal de Sesimbra não devia nada à segurança social, mas sim à ADSE. De facto era verdade que vinha no documento uma dívida à ADSE mas também era verdade de acordo com o que estava escrito na página 62 do documento que a Câmara tinha dívida de 109.858 contos à Segurança Social, assim gostaria que o Vereador corrigisse a afirmação que fizera na reunião das comissões.-----

-----Usou depois da palavra o **Vice-Presidente** que disse que havia sido enunciada uma série de dívidas e era pena que não se tivesse verificado que comparando com a dívida de 1.600.000 contos a Câmara pagara 6.000.000 de contos. Nem fora sublinhado os avanços que o Concelho tivera durante o mandato. -----

-----As pessoas esqueciam-se que Sesimbra estava inserida no País e que existiam factores estranhos à vontade da Câmara Municipal que influenciavam decisivamente a gestão de 2001 mas que nem por isso deixavam de permitir que entre 1998 e 2001 se avançara no Concelho. Fizera-se um conjunto de reformas estruturais importantíssimas. Se não fosse o Regulamento de Taxas e Cedências na área urbanística teria havido muito mais betão e muito menos receita para a Câmara Municipal. Felizmente que tinha havido a possibilidade de implementar o regulamento, melhorar a qualidade urbanística no Concelho. Aprovara-se a reestruturação, apesar de ter demorado quase 4 anos. Ela estava a ser implementada e de certo teria consequências positivas ao nível do próprio desempenho financeiro da autarquia. Implementara-se um conjunto de processos ao nível da gestão documental, aplicações informáticas que permitiam trabalhar de uma forma mais racional, mais rápida e com menos custos. Renovara-se o parque auto. Implementaram-se medidas ao nível da segurança quer das instalações quer na questão da higiene e segurança dos trabalhadores, melhoraram-se as instalações e implementaram-se o Arquivo, o SIG, etc.. -----

-----Tinham-se feito 10 milhões de contos de investimento em 4 anos, ou seja o dobro do investimento que tinha sido feito nos 4 anos imediatamente anteriores, mas isto os membros não

viam.-----

-----Instalaram-se novos serviços às populações, implementação imediata de decisões do País quanto à política social, política de emprego, tudo o que eram determinações em relação aos trabalhadores da autarquia, em relação à protecção, os programas POC, os programas de emprego, protecção às pessoas mais desfavorecidas, a Câmara Municipal de Sesimbra de certeza que era das primeiras a implementar essas medidas . Isso era importante e sentia-se orgulhoso do trabalho feito.

-----Era óbvio que quando se falava em desvios de 4.000 se estava a falar provavelmente de valores na ordem dos 30 ou 40 contos e era natural que se se passasse para 500 o desvio era de facto um desvio grande em termos percentuais mas isso eram questões que não eram importantes. -----

-----Naturalmente que se se contrata empréstimos, um de 1 milhão de contos, um de 500 mil contos para determinadas obras em determinado momento, a Câmara Municipal de Sesimbra assumia que havia que ter cuidados acrescidos ao nível da programação e da capacidade de implementação de acções e obras prioritárias no terreno. Efectivamente os empréstimos estavam lá e devia ter havido condições de implementar as obras que especificamente correspondiam a esses empréstimos. Sobre esse ponto de vista não haviam dúvidas e a Câmara reconhecia essa falha e a mesma serviria certamente para corrigir no futuro determinado tipo de atitudes. -----

-----Ainda hoje na reunião preparatória da Câmara fora falado que havia necessidade de controlar melhor os trabalhos a mais porque haviam análises menos cuidadas a determinados projectos, para depois na execução da obra não haver lugar a trabalhos a mais, os quais para além de serem custos acrescidos tinham custos negativos ao nível da operacionalidade dos serviços e dos resultados financeiros. -----

-----Já tinha assumido que o valor da dívida fora além do que era suposto devido às explicações que já dera, mas se era pedida à Câmara que reconhecesse alguns erros que já o fizera, os outros que assumissem a quota parte que tinham nesses erros. -----

-----Falou depois o **Presidente da Câmara** que disse que no início da sua primeira intervenção referira que enganar-se-ia a ele próprio se não reconhecesse que a Câmara não tinha cumprido aquilo a que se tinha proposto. Também dera a conhecer alguns dos motivos que haviam provocado a situação. Mas o que era um facto era que a "Assembleia Geral", reunida em 16 de Dezembro de 2001 chamara a atenção que a Câmara não tinha cumprido os objectivos e decidira dar mais um mandato para que pudesse efectivamente alterar aquilo a que se tinham comprometido porque

continuava a acreditar na Câmara. -----

-----Disse depois, relativamente à intervenção do Membro Carlos Filipe de que se apresentasse um relatório daqueles no emprego seria despedido, que o Membro Carlos Filipe ainda não conseguira ser admitido e portanto não estava em condições de ser avaliado, não sabia se seria nos próximos 20 anos. -----

-----Sobre a intervenção do Membro Carlos Afonso relativamente ao desenvolvimento do Concelho, lamentava que o membro não tivesse acompanhado a Assembleia Municipal na visita ao Concelho, porque o Concelho estava diferente do passado, segundo o seu ponto de vista para melhor e em breve todos veriam algumas das obras estruturantes em curso com vista ao desenvolvimento do Concelho. -----

-----No que respeitava ao aumento do tarifário da água a Câmara também tivera 4 anos para proceder à remodelação do abastecimento da água, obras desde a captação da água até à elevação, armazenamento, e agora estava em condições de proceder ao aumento do tarifário. -----

-----Quanto à taxa de exploração de inertes o Presidente da Câmara disse que se a Câmara não avançara mais fora porque a informação que obtivera de outros Municípios que estavam mais avançados fora que não se conseguia avançar com este intento. -----

-----Relativamente aos sinais de contenção de despesas eles efectivamente já existiam, mas se não o tinha feito em termos de assessorias fora porque as consideradas necessárias ao funcionamento dos serviços manter-se-íam, e se fosse necessário admitir mais alguém com méritos reconhecidos para que se pudesse continuar a fazer um bom trabalho era óbvio que não evitaria essa contratação. -----

-----Sobre a política de tradição de subsídios que deveria ser revista o Presidente da Câmara disse que não se lembrava de nenhum subsídio que não tivesse sido aprovado por unanimidade. -----

-----Concluiu dizendo que estavam criadas as condições para melhorar no futuro e se existiam dívidas era porque tinha havido obra, e ninguém duvidasse que as dívidas já estavam a ser liquidadas e a breve prazo a Câmara procederia à liquidação definitiva do montante. -----

-----Falou seguidamente o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que disse que a Câmara para além dos indícios de uma gestão deficiente ainda tinha outro problema que era o de memória. -

-----O regulamento de Taxas e Cedências na área de urbanismo fora elaborado no mandato anterior à gestão socialista e só não fora aprovado naquele mandato por mera questão política por

parte do PS que depois agarrara no mesmo, dera-lhe umas voltas e umas virgulas e agora arvorava-se como o grande obreiro do regulamento. -----

-----Quanto à afirmação do Vice-Presidente de que tinha feito 10 milhões de contos em investimento, quis lembrar que quando o PS obtivera a gestão da Câmara, cerca de dois milhões de contos estavam perfeitamente definidos para a ETAR da bacia de Sesimbra e o que a Câmara fizera fora a gestão da obra, porque a obra já estava adjudicada e financiada.-----

-----Relativamente ao pagamento de 6 milhões de contos, o Vice-Presidente não dissera que do conjunto das despesas da Câmara, despesas correntes e de capital, 1 milhão e 600 mil contos que estava a dever representava cerca de 21,3 % do total da realização do Plano e pagaram 78,7%, mas este dinheiro tinham recebido.-----

-----Em relação à ineficiência referida pelo Vice-Presidente, a primeira ineficiência fora apresentar o Plano e Orçamento para 2001 quando a sua Bancada sempre dissera que era irrealista e que estava empolado. Quem devia assumir responsabilidades era quem detendo uma maioria absoluta no executivo e na Assembleia Municipal fizera aprovar um Plano e Orçamento perfeitamente irrealista, mas como era ano de eleições era preciso apresentar um orçamento com uma ideia maciça de que aquilo ía para a frente.-----

-----A sua Bancada assumia a responsabilidade que começara no momento em que criticara o Plano e o Orçamento e apontara exactamente onde estava empolado em termos de receitas, nomeadamente a sisa que baixara quase 500 mil contos. Toda a gente sentia que a economia estava a arrefecer e a primeira coisa onde se sentia era a construção que apesar de continuar abrandara. ----

-----Respondendo depois ao Presidente da Câmara disse que nunca concorrera à Câmara Municipal e estava admitido há 24 anos na Assembleia Municipal desde que concorrera sempre fora admitido à Assembleia Municipal e onde desempenhava funções fazia-o da melhor forma que sabia e recusava-se a desempenhar funções tentando ludibriar-se a ele próprio das suas capacidades. -----

-----A maioria socialista ao apresentar o Plano e Orçamento 2001 ou tinham consciência que o Plano de Actividades não ía a lado nenhum e ludibriaram a população ou se pensavam que aquilo ia resultar ludibriaram-se a eles próprios.-----

-----Então se a maioria socialista não conseguira cumprir o Plano e Orçamento de 1998 que era um esqueleto das obras que estavam em curso e programadas como é que conseguiriam avançar com o Plano e Orçamento para 2001. Isto era tão impossível como as 4 piscinas que o Presidente da



Câmara dissera que iriam ser uma realidade no mandato e a única que existia, pública, era a praia. As outras ainda estavam no papel porque entre o lançamento da primeira pedra e a última decorreria ainda muito tempo. -----

-----Não ficava satisfeito por ter razão, ficava até muito triste porque quem dera tanta esperança dera tão pouco, como estava demonstrado no relatório e contas, e de erro em erro, mesmo com pequenos desvios, o resultado tinha sido desastroso.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que iniciou por dizer que todos concordavam que tinha sido um mau orçamento conforme se espelhava pela deficiente taxa de execução do relatório de actividades. Fora focado pela Câmara Municipal que tinha havido dificuldades de articulação nos serviços, inclusivamente que tinha havido deficiente análise de projectos e que vinha alertando os serviços para determinados erros mas o que era facto é que se estava já no 4º. ano de mandato e muitos desses erros já deveriam ter sido corrigidos, a máquina já devia estar mais oleada, mas o que se via era que a máquina cada vez crescia mais e não existia a articulação necessária para que as coisas funcionassem com normalidade, nem existia uma contrapartida em termos de receitas que sustentasse cabalmente a máquina, nomeadamente no que dizia respeito às receitas correntes que tinham ficado 1 milhão de contos aquém do que fora efectivamente previsto. -----

-----Havia que honrar os compromisso feitos e as promessas feitas e não vinha sendo cumprido o prometido. -----

-----Os erros eram cada vez mais graves até em razão da difícil situação económica que a Câmara atravessava porque um erro na execução orçamental teria menos importância se a situação económica fosse boa, seria um erro quase formal e não material. Quando a situação económica era grave como a que se encarava neste momento, os erros tornavam-se mais graves. Os erros traduziam-se de uma forma muito impressiva no milhão e seiscentos mil contos de dívidas a curto prazo. -----

-----Falava-se muito na acção social da Câmara Municipal de Sesimbra, na preocupação social, mas essas preocupações não existiam quando se devia 1 milhão e 600 mil contos, em grande parte a pequenos comerciantes e a pequenos empresários, não só no Concelho mas também fora, que neste momento deviam estar a atravessar dificuldades económicas para pagar salários e gerir as suas empresas em razão de erros cometidos pelo executivo camarário que não deveriam ter sido

cometidos. -----

-----A Câmara devia ser o motor da economia, um catalisador da economia, e por estas dívidas e outras razões vinha sendo um travão à economia. Era o bom nome da Câmara Municipal de Sesimbra que estava a ser prejudicado e este prejuízo não era isento de custos. Era obvio que qualquer pessoa que se relacionasse com a Câmara de Sesimbra em termos comerciais para acautelar o risco de não ser pago, se concorria a uma empreitada ía fazê-lo por um valor superior porque não tinha a garantia se ía ser pago ou quando ía ser pago, e isto não era de todo benéfico.----

-----Quanto aos motivos desta deficiente execução orçamental ser o ano eleitoral não colhia para qualquer pessoa sensata nem podia colher nem que fosse por motivos de ética política.-----

-----Quanto à justificação do 11 de Setembro, não havia dúvidas que piorara as coisas mas estas já vinham mal de trás, se o 11 de Setembro era imprevisível, a conjuntura do abrandamento da economia essa já era previsível. -----

-----No que dizia respeito às acessibilidades, na deficiente rede viária que era um dos maiores problemas do Concelho, só tinham sido investidos 43.5% do que estava inicialmente previsto.-----

-----No ensino, na previsão que havia sido feita relativamente aos gastos com o ensino tinha havido um descalabro total porque desde 15% de taxa de execução no que respeitava ao ensino pré-escolar, aos 504% de taxa de execução no ensino recorrente, a confusão era completa. -----

-----No estacionamento que era uma das promessas eleitorais gastara-se zero. -----

-----Quanto à acção social, no que dizia respeito ao apoio à infância, a taxa de execução orçamental fora de 10% do previsto, enquanto que para os deficientes ficara pelos 13% do previsto.

-----No que dizia respeito a espaços verdes, em Sesimbra tinha sido gasto 0%, em Sampaio 25%, e no total de execução do capítulo urbanização a execução orçamental ficara pelos 14%.-----

-----Relativamente ao silo auto na Av. dos Náufragos, 0% e nas áreas de protecção ecológica, no que dizia respeito ao ambiente também se ficara pelos 36%. -----

-----Estes são alguns exemplos que demonstravam que não tinha havido o mínimo rigor orçamental, tinha havido um erro tremendo na previsão com uma taxa de 60% de execução. -----

-----Quando se dizia que os pagamentos efectuados pela Câmara Municipal de Sesimbra haviam sido de 6 milhões, era óbvio que isto não podia servir de justificação ao 1 milhão e 600 mil que haviam ficado por pagar, em vez de 6 milhões deviam ter pago 7 milhões e 600 mil.-----

-----Como o membro Carlos Filipe já dissera tinha havido uma conjuntura de vacas gordas que

não fora minimamente aproveitada pela maioria e que muito estava a prejudicar os munícipes porque para o pagamento da dívidas teriam que ser contraídas outras dívidas e não se via a luz ao fundo do túnel. -----

-----Falou em seguida o **Membro Miguel Bastos** que começou por dizer que gostava cada vez menos de falar do passado e do presente em termos de comparação e não o ía fazer porque achava que aquilo que íam fazendo ao longo dos anos faziam por convicção, conscientes de que defendiam determinado tipo de ideais e de princípios. -----

-----Em relação à discussão do Relatório de Actividades e Conta de Gerência, ninguém estaria à espera que o PSD viesse dizer bem, porque se nem o PS estava satisfeito com o trabalho quanto mais o PSD. À oposição cabia criticar e nunca iria salientar os aspectos positivos que a gestão tivera, mas pelo menos ficara-se a saber que o Membro Carlos Filipe não se iria candidatar à Câmara Municipal para não se ludibriar a si próprio, e isso era um dado positivo para o Município porque ele era um bom elemento na Assembleia Municipal e não seria, a seu ver, um bom elemento no executivo. -----

-----Quanto à afirmação do Membro Júlio Joaquim de que a Assembleia Municipal era o órgão fiscalizador e não tinha acesso às informações, ele queria dizer que nunca, qualquer que fosse a Câmara Municipal, fora sonegado à Assembleia Municipal qualquer tipo de informação e ele já ia no sexto mandato. -----

-----O PS também não estava satisfeito com o que se passara no último ano, pensava que fora a gestão possível, haviam aspectos que deveriam ser corrigidos. As dívidas dos Municípios e deste Município sempre tinham existido e não eram novidade nenhuma. Os comentários sobre os empreiteiros e os desgraçadinhos sempre haviam existido na Câmara de Sesimbra de uma forma mais ou menos aguda. Quando os Municípios viviam fundamentalmente de receitas que tinham a ver com a construção no próprio município, quando os governos centrais não criavam condições de descentralização de verbas para o poder local, as Câmaras estavam sempre sujeitas a determinado tipo de variantes. -----

-----Portanto ele defendia que os Municípios deviam continuar a sua luta no sentido de uma maior descentralização de verbas para a gestão do poder local em detrimento de determinadas áreas de intervenção do poder central. -----

-----Achava que as novas regras de classificação e gestão poderiam ser um contributo válido para

corrigir determinadas anomalias. Não ía falar das obras que haviam sido feitas ao longo do último ano, apenas diria que por ironia do destino a CDU perdera as eleições em 1997 com o seu melhor ano e o PS ganhara as eleições de 2001 com o seu pior ano. Estas ironias tinham a ver com a realidade de uma gestão de 4 anos, que apesar de não querer analisá-los em termos comparativos, pensava que havia um mecanismo fundamental e esperava que na Câmara houvesse o dinamismo suficiente, e para isso tinha que criar condições para que isso se verificasse no sentido de implementar um conjunto de obras e acções de modo a que nos próximos 4 anos, “o mais ambiente, mais cultura, mais desporto” fossem uma realidade.-----

-----Ao ouvir as intervenções parecia que a única Câmara que tinha dívidas no País era a Câmara Municipal de Sesimbra, as Câmaras do Seixal, Almada, Figueira da Foz não tinham dívidas e as empresas do País pagavam tudo atempadamente como dissera o Membro Carlos Filipe. Ele trabalhava com 7 companhias de seguros diferentes e não havia nenhuma que não tivesse dívidas para com ele, e algumas delas a 3 e 4 anos. Aquela é que era a realidade do País. As dívidas existiam nas empresas e na economia do País. Devia-se tentar melhorar o trabalho de forma a que ela fosse cada vez menos uma realidade. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que embora estivessem a analisar um relatório de actividades de 2001, pela documentação que tinha tido oportunidade de ver, pelas referências feitas ao longo dos documentos era constante, não só a referência ao ano, mas também ao anterior mandato. Não tinham sido tidas em conta questões que lhe pareciam importantes que eram as seguintes: desde o 25 de Abril que a Câmara Municipal não tivera a conjuntura política que tivera no último mandato, que quase diria que era uma linha aberta rosa com o Governo e isso era indiscutível. A CDU nunca tivera a parceria política com o Governo, com as estruturas nacionais e isso fora muito desgastante e nalguns casos desmoralizador para a conquista de fundos, cedências, contratações, assinaturas de protocolo. -----

-----Outro aspecto era o económico, sublinhava a forma, sem humildade, mas com razoabilidade como a Câmara reconhecera, quer o Vice-Presidente na reunião das Comissões de que o mandato poderia ter sido melhor, quer o Presidente da Câmara no início do seu discurso de que mentiria se estivesse satisfeito com o resultado, lamentava no entanto que não tivessem reconhecido mais cedo porque talvez tivessem evitado votos colocados num Partido Político que afinal não tinha sido sério nas suas propostas. -----

-----A conjuntura económica fora importante porque tinham havido condições a nível do Concelho que haviam ajudado essa valorização. -----

-----Outra questão tinha a ver com os aspectos estruturantes. Era evidente que uma Câmara para progredir tinha que ter dívidas mas haviam pessoas na Câmara que diziam que era importante ter obras e ter dívidas, mas devia-se controlar essas mesmas dívidas e na sua opinião isso não existira neste mandato. Existiam condições para ter uma gestão diferente, nomeadamente em termos do saneamento da bacia de Sesimbra, em termos de candidaturas já aceites, protocolos já assinados e estava-se a recordar da assinatura do protocolo da Fortaleza logo no início do mandato e até hoje parecia que as coisas estavam mal, a casa onde se encontravam hoje, portanto havia um conjunto de equipamentos de questões estruturais que tinham de facto um “background” importante para o desenvolvimento do trabalho, não dizia que tivessem sido mal aproveitadas mas o que era verdade era que ainda bem que a população do Concelho tivera a consciência de dar um cartão amarelo ao PS que estava a governar a Câmara e dera um cartão vermelho ao governo.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que da parte da CDU não havia problema nas comparações em termos de gestão, mas também sabia que o PS poderia ficar à frente do município durante muitos anos e no final de cada mandato continuaria a não assumir nada. -----

-----Pelas palavras do Vice-Presidente não era problema os veículos circularem sem seguros, não pagar as bilhas do gaz para as escolas e para os refeitórios, mas na sua opinião era preocupante e devia-se ter atenção. Também não ficava bem ao PS dizer que assumia as responsabilidades mas os outros também tinham que assumir as culpas, pelo que perguntava como, se a sua Bancada tinha votado contra. -----

-----Quanto ao tarifário da água durante várias anos, durante a gestão da CDU, quando o tarifário da água não era actualizado, era prática na Assembleia Municipal a apresentação de moções para se actualizar o tarifário. Devia haver ética e não haver um discurso de há 8 anos e outro de agora. -----

-----Fazia parte do órgão fiscalizador do Município e não tinha conhecimento que os seus camaradas na Câmara no mandato passado estivessem a par da situação financeira da autarquia e votavam favoravelmente os subsídios, mas a ele competia chamar a atenção para os números. -----

-----Este último ano fora uma gestão do “faz de conta”, as receitas correntes ficaram a 1 milhão do objectivo , as receitas de capital ficaram quase a 3 milhões do objectivo, mas continuara-se a gastar. -----

-----A sua Bancada estava na Assembleia Municipal numa postura séria e com uma ética que vinha do passado. A mensagem que deixava era que se devia inverter a situação. -----

-----Falou depois o **Membro Júlio Joaquim** que disse que o Membro Miguel Bastos não tinha razão quando o alertava para os aspectos que ele focara. A Assembleia Municipal tinha dificuldade em fiscalizar através do Relatório e Contas o que se passava por exemplo quanto à frota automóvel, quanto valia o equipamento informático. -----

-----Prosseguiu dizendo que não tinha sido esclarecido sobre a questão que colocara anteriormente quanto à dívida à segurança social de 109.858 contos e à EDP uma dívida da Quinta do Conde de 28.000 contos e noutro documento era referido 569.000\$00, nem o Presidente da Câmara nem o Vereador o esclarecera e ele tinha todo o direito de ser esclarecido como qualquer outro Membro. --

-----O **Membro Miguel Bastos** esclareceu o Membro Joaquim de que não tecera qualquer comentário à análise crítica que ele fizera sobre os documentos tecera sim uma crítica e um comentário de que enquanto membro da Assembleia Municipal de Sesimbra não aceitava que se dissesse que a Câmara sonegasse informação ou que a Assembleia Municipal não dispusesse de todos os dados necessários para as análises que achasse por mais convenientes.-----

-----Se o valor da frota automóvel não constava dos documentos era porque não fazia parte deles. -O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que sempre que algum Membro da Assembleia desejasse obter algum esclarecimento junto da Câmara, se não o conseguisse através das reuniões poderia sempre fazê-lo através da Mesa e seguiria para a Câmara esse pedido por escrito.-----

-----O **Vice-Presidente** disse que não esclarecera porque tentara explicar de uma forma genérica um conjunto de questões concretas e porque o esclarecimento solicitado pelo Membro da Assembleia Municipal já o tinha sido feito na reunião das Comissões e já tinha sido respondido. Não havia dívida da Câmara à segurança social o que havia era uma questão de nomenclatura ou uma questão técnica que até podia ser melhor explicada pelos serviços, o que ali se chamava de segurança social era ADSE, e o que realmente era segurança social aparecia mais abaixo em contribuições para a previdência, portanto a Câmara não devia um euro à Segurança Social, o que devia era à ADSE e existia um protocolo entre a Câmara e a ADSE para se ir tentando pagar a dívida. Esta situação não era exclusiva da Câmara de Sesimbra, haviam inclusivamente organismos do estado central e haviam protocolos para resolver essas situações. -----

-----Sobre a dívida à EDP o técnico presente dizia que não havia descontrolo nenhum. -----

-----O Técnico presente, **Dr. Sardinha**, acrescentou que já na reunião das Comissões o Membro Júlio Joaquim colocara a questão da segurança social e fora-lhe respondido claramente, até porque a Câmara para obter os subsídios e os financiamentos tinha que apresentar anualmente uma certidão de que não devia nada à segurança social, isto já fora explicado ao Membro na reunião. Relativamente à EDP explicou que a apresentação dos documentos eram exactamente iguais de há anos e havia um quadro 3 que era onde se fazia um resumo das despesas todas assumidas e não pagas e se reparasse estava lá 1 milhão e 620 contos e portanto o somatório daquilo era exactamente igual àquilo que dava na conta de gerência na dívida. À SLE eram 94.651, depois tinha mais outra parcela que eram de juros, e depois aquela verba era decomposta pelos diferentes órgãos, e obedecia à técnica contabilística que ainda estava em vigor.-----

-----O quadro 3 era o somatório das coisas todas ou seja de todos os mapas que se seguiam. -----

-----Não havia contabilidade de custos, lá por ser a Quinta do Conde não interessava, o que interessava era a entidade que era a EDP. -----

-----Também fora dito na Comissão que no futuro, com a entrada em vigor do POCAL, era perfeitamente possível saber o que o Membro Júlio Joaquim queria saber, ou seja, quanto era para este carro ou para aquela actividade -----

-----O **Presidente da Câmara** sugeriu que o Membro Júlio Joaquim se dirigisse aos serviços para esclarecer dúvidas. -----

-----Falou em seguida o **Membro Carlos Filipe** que disse que não sabia se se candidataria à Câmara Municipal, não estava só na sua mão. -----

-----Quanto à questão da descentralização de verbas para o poder local disse que há seis anos que não ouvia o Membro Miguel Bastos falar assim. Com a entrada do Eng Guterres no Governo deixara-se de ouvir falar naquela questão. -----

-----Depois de ouvir a humildade da Câmara Municipal a fazer a “mea culpa”, a reconhecer os seus erros pensava que devia ser coerente com a posição. Olhava-se para o Relatório e Contas e verificavam-se desvios significativos e ouvira o Vice-Presidente dizer que muitas vezes aqueles desvios tinham a ver com ineficiências, mas existiam métodos para corrigir essas ineficiências, não era só pelo saber empírico dos dirigentes políticos e um desses métodos seria a realização de uma auditoria às contas, ao funcionamento da Câmara porque as auditorias não eram para apanhar

bruxas mas um instrumento importante de gestão. Eram entidades externas que faziam uma análise e no fim apresentavam um relatório indicando todos os erros detectados. Isto hoje em dia era fundamental em qualquer empresa que se prezasse com uma certa dinamização reconhecer a necessidade de auditorias. -----

-----Era evidente que não seriam auditorias encomendadas mas sim auditorias sérias para se tirar proveito, e uma auditoria não era uma caça às bruxas, por isso recomendava que a Câmara Municipal reflectisse sobre a necessidade de vir uma auditoria à Câmara Municipal e a todo o seu funcionamento como um instrumento de gestão fundamental para corrigir em termos futuros.-----

-----Não pensassem que ele ficava satisfeita ao ver a desgraça dos números. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Américo Gegaloto** que disse que a taxa de execução não era a melhor, a sua Bancada não estava contente com os resultados e era objecto de preocupação. Havia que trabalhar e inverter aquela lógica de valores. A Câmara devia ser mais rigorosa para que os resultados surgissem. A gestão de uma Câmara fosse ela de que partido fosse, tinha por inerência o endividamento que todos sabiam que existia.-----

-----Há pouco falara-se na questão do seguros dos carros mas a maioria dos carros do Estado não tinham seguro. Em termos de pagamento de honorários, o Estado era tão bom pagador que pagava com 3 e 4 anos de diferença.-----

-----Prosseguiu dizendo que alguns dos serviços da Câmara não tinham que dar lucro, era um serviço público e muitas vezes as pessoas não reconheciam o serviço que era prestado como era o caso da recolha de lixos e tinha sido um investimento brutal. -----

-----Quanto ao slogan “Sesimbra Mais” ele estava em aberto porque era para o mandato que se iniciara.-----

-----Há uns anos atrás, em que o PS não estava no Governo, tinham havido alguns grupos empresariais que tinham entrado em colapso por falta de pagamentos com muito mais de um ano de atraso e com falências em aberto. -----

-----Ter havido uma conjuntura linha PS não significava ter um direito de preferência por ninguém e quem dissesse o contrário estava redondamente enganado e a Câmara Municipal não fora beneficiada nada com o facto. -----

-----Na volta ao Concelho verificara-se que havia muito dinheiro investido nas obras, mas as pessoas só se preocupavam quando abriam as torneiras e não corria água, mas se o investimento



para lá levar a água havia sido muito superior ao previsto essa questão já não interessava. -----

-----Prosseguindo disse que para se transferir competências então também transferissem as verbas.-----

-----No que respeitava às auditorias elas também tinham um custo que não era baixo, embora pudesse ser encarado como um instrumento de fiscalização e até de gestão da Câmara também era bom que se entendesse qual o custo, mas ninguém estava ali a esconder números porque estavam ali com seriedade e qualquer membro poderia pedir à Câmara os elementos que quisesse para esclarecer qualquer tipo de dúvidas. A situação era preocupante mas seria através do diálogo entre todos que se chegariam a conclusões e a razão repartia-se pelas Bancadas. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que uma auditoria custava caro mas o que acontecia era que muitas vezes os custos eram suportados pelas economias que essas mesmas auditorias aconselhavam. O custo da não qualidade era muito superior. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que acrescentou relativamente à dívida que haviam muitos fornecedores da Câmara que eram empresas pequenas e de certeza estavam a passar por algumas dificuldades. Ninguém contestava que a dívida numa gestão autárquica era normal mas essa dívida tinha que se reger por critérios razoáveis.-----

-----Quanto à justificação de que todos deviam a alguém devia-se tentar alterar a situação e começar por Sesimbra e tentar que a humildade que a Câmara e o PS patenteara de que a situação era difícil e que se devia mudar, então que se mudasse através do diálogo e que todos contribuíssem para que efectivamente se pudesse mudar. -----

-----Não se podia deixar passar em claro o montante e a natureza da dívida, nem situações como 24 milhões de contos que estavam disponíveis para o executivo camarário, situação que nunca mais se repetiria pelo menos no futuro recente, e só fora investido 10 milhões de contos, o que não teria acontecido se as coisas fossem conduzidas de outra forma.-----

-----Quanto ao Mais se referir ao futuro ele pensava que se devia referir à suposta obra feita ou então ele e muitos munícipes haviam compreendido mal a propaganda. -----

-----Era óbvio que ninguém pedia que a Câmara Municipal obtivesse lucros, prestava um serviço público e não era suposto dar lucro mas era suposta ser regida por critérios de eficiência e rigor nas contas. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** respondendo ao Membro Carlos Filipe disse que não falava na

descentralização há seis anos porque o seu Partido havia proposto a regionalização e o PSD havia-se oposto e essa seria a verdadeira forma de gerir o País de outra forma. -----

-----Quanto às verbas não dispunha ali de números concretos mas tinha ideia que o governo do PS descentralizara e dera mais verbas aos Municípios do que qualquer outro Governo. -----

-----Quanto à linha rosa haviam Municípios do Distrito de Setúbal que haviam beneficiado extremamente com o Governo do PS e ao contrário da crítica que era feita porque convinha eleitoralmente denegrir imagens, nunca fora defendido que a Câmara de Sesimbra tinha vantagens porque tinha o poder, e sempre defendera que tinha vantagens por causa do projecto que defendia e ao contrário do que se dizia, o Governo não era só rosa porque havia muita laranja lá dentro e muitos engraves de engrenagem através do sistema e todos sabiam que era assim. Infelizmente na política haviam coisas que não eram agradáveis. -----

-----Dirigindo-se depois ao Membro Ricardo Simplício disse que tinha alguns anos de experiência autárquica, já estivera na Câmara mais que uma vez como vereador, estava há seis ou sete mandatos na Assembleia Municipal e não acreditava que qualquer das Câmaras existentes quer fossem CDU ou do PS, quer eventualmente alguma vez viesse a ser do PSD, deixasse algum elemento fornecedor do Município à “rasca” por causa de uma dívida, sempre essas situações haviam sido contempladas e tinham sido sempre preocupação mesmo dentro do Partido do PSD. ---

-----O **Membro Carlos Filipe** disse querer esclarecer que não fora o seu Partido que se opusera à regionalização mas sim a população através do referendo. Quanto às vantagens de ter um Governo Socialista o PS na campanha eleitoral apresentava esse slogan de que teria vantagens na Câmara Municipal por estar um governo socialista.-----

-----O **Presidente da Câmara** ainda interveio dizendo que reconhecia que não tinham sido atingidos os objectivos a que se tinham proposto, reconhecia também que fora executada obra, os membros da Assembleia Municipal tinham visto obras importantes que estavam em curso, estava a criar condições para alterar a situação actual. -----

-----Da dívida a curto prazo de 1.600.000 contos já pagara 390.000 contos. Disse depois que a Câmara tinha verbas muitos significativas por receber e só de taxas de loteamento e cedências tinha por receber 1.200.000 contos. Em breve a situação estaria regularizada. A Câmara ía continuar a trabalhar, iria ter cuidados redobrados e estava em crer que aquando da discussão do Plano e Orçamento todos veriam as preocupações quanto ao futuro do Concelho. -----

-----Pensava que a Assembleia Municipal estaria em condições de aprovar o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência respeitante a 2001.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Relatório de Actividades respeitante ao ano de 2001 tendo sido aprovado, por maioria, com 12 votos contra da CDU e da Coligação Eleitoral – PPD/PSD.CDS-PP, e 12 votos a favor do PS, usando o Presidente da Assembleia Municipal do voto de qualidade.**-----

-----Seguidamente **colocou à votação a Conta de Gerência respeitante a 2001 tendo sido aprovado, por maioria, com 12 abstenções da CDU e da Coligação Eleitoral – PPD/PSD.CDS-PP, e 12 votos a favor do PS.**-----

-----O Membro Carlos Afonso prestou, em nome da Coligação Democrática Unitária a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“A avaliação política da CDU sobre o desempenho da gestão socialista no ano de 2001 traduzida no Relatório e Conta de Gerência que nos foram presentes não podia ser senão crítica e negativa.-----

-----Uma gestão que de acordo com a argumentação apresentada se baseia em grande parte em factores de ordem internacional como a globalização e atentados terroristas como razão de bloqueio para tão pouca produtividade se traduziu numa das mais fracas percentagens de realização não poderiam deixar de merecer da nossa parte uma pertinente denuncia e que servirá como alerta para que demagogia deste teor não se venha a repetir.-----

----- Por outro lado não se compreende que mesmo sendo hipoteticamente esses os factores razão principal para tamanha desgovernação se tenha assumido e não pago, praticamente quase todo o ano, dívidas cujos montantes não têm paralelo em 28 anos de gestão autárquica do nosso Município para questões de prioridade secundária quando tendo ao dispor empréstimos bancários para as principais obras do Concelho e que não se tenha tido a capacidade para as realizar em tempo útil bem como para os aplicar.-----

-----Assim, face à política do despesismo, do endividamento, do subsídio sem regra nem controlo e de aparência com que o Concelho foi confrontado por uma gestão socialista chamada de mudança, uma pergunta se impõe: quem vai agora pagar a este suigéneres de gestão aventureirista, quando a saga pelos vistos continua e não se vislumbra qualquer reacção ou medidas concretas de repercussões imediatas por parte da actual maioria socialista para

*Sesimbra ter tal situação.*-----

-----*Eis pois as nossas razões sumárias de forma clara e séria que nos levaram a votar contra o Relatório de Actividades e da nossa abstenção no tocante às Contas de Gerência de 2001.*-----

-----O Membro **Carlos Filipe Pereira de Oliveira** prestou, em seguida, em nome da Coligação Eleitoral a **Declaração de Voto** que a seguir se transcreve:-----

----- *“O PSD e o CDS/PP votam contra o Relatório apresentado porque ele traduz o resultado de um mandato da gestão socialista que foi o mandato da oportunidade perdida como temos vindo a afirmar. Existem um conjunto de elementos que nos fizeram avaliar negativamente este tipo de gestão que vão desde a incapacidade de gestão das propostas orçamentais ao aumento da dívida de curto prazo, ao aumento da dívida de longo prazo sem que ao menos sejam utilizadas as verbas disponibilizadas pelos empréstimos bancários e que se prolongam no tempo com as obras, e porque pensamos que ao fim de 4 anos depois do conjunto de verbas significativas que a Câmara Municipal recebeu, o conjunto da obra realizada não justifica os valores despendidos durante esse mesmo tempo.*-----

-----*Por isso, o votar contra este Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2001 é no fundo votar contra uma execução orçamental ou execuções orçamentais que vieram a ser feitas ao longo de 4 anos e para as quais nós alertámos sempre, e na devida altura, sobre situações e propostas perfeitamente inexecutáveis mas que a Câmara Municipal por autismo ou megalomania sempre manteve e trouxe a esta Assembleia Municipal.*-----

-----Seguidamente o Membro **Miguel Bastos** produziu a **Declaração de Voto** que se transcreve:

-----*“A Bancada do PS votou favoravelmente este Relatório de Actividades porque ele corresponde na realidade ao trabalho que foi desenvolvido no último ano.*-----

-----*Relativamente à Conta de Gerência votamos favoravelmente porque ela está de acordo com a legislação e porque corresponde à realidade da gestão económica que foi efectuada.”*-----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu o **Período de “Intervenção Aberto ao Público”**, tendo usado da palavra a **Munícipe Maria Helena Balaio Mendes Quitério** que fez a seguinte intervenção-----

-----*“Sou uma ex-emigrante, chegada há pouco tempo. Vou começar por dizer porque é que escolhi o vosso Concelho por amor à 1ª. vista, só que não tinha ideia onde é que vinha cair, em tão grande desleixo a nível do mais elementar e humano que é a educação. Na Quinta do Conde existe*

uma escola, não sei se sabem, que tem cerca de 1100 num espaço de capacidade de 650. Essa escola infelizmente é onde andam os meus filhos. Em quatro anos vocês não tiveram tempo de realizar uma escola a fim que não haja 1100 crianças num espaço de 650 alunos. -----

-----Outra coisa, passando ao lado eu gostaria de perguntar uma coisa, tenho uma dúvida e penso que alguém me poderá responder, há uma escola na Quinta do Conde que é a escola nº. 3 que tem um valor de dois milhões e meio, entretanto eu passei ali fora e vejo que lá fora tem um valor de três milhões, só gostaria que me respondessem se é dois milhões e meio ou se é três. Gostaria que me respondessem como é possível gastar 3 milhões numa escola quando nós necessitamos de 7 na Quinta do Conde. Agora outra coisa, pediram-nos a colaboração a todos os munícipes para ajudar porque temos problema, não é verdade? A equilibrar as contas da Câmara, será que têm em conta a realidade em que vivem os munícipes? Agradecia que passassem um pouco pela Quinta do Conde. Será que não podem começar por fazer um levantamento a nível interno, cortar a nível interno? Acreditem que os vossos munícipes não têm tantas dívidas como a vossa Câmara, deveriam ter vergonha de hipotecar o futuro dos meus filhos e o meu futuro porque pedir mais um empréstimo é tapar... Olhe, eu posso ser simplesmente uma pessoa mas eu penso representar a voz de muita gente. Eu considero que não sou uma pessoa para ir falar nas costas mas sou uma pessoa para vos vir falar directamente.-----

-----Agradecia que me explicassem qual foi o técnico que projectou, a avenida 1º. de Maio da Quinta do Conde e eu vou dizer porquê: desde que aquela avenida foi feita já morreram 4 pessoas, uma delas morreu há poucos meses na passadeira, aquilo é a 200 metros da minha casa, os meus filhos estão proibidos de atravessar aquela avenida, eu gostaria de saber o que é que está a ser projectado para ser efectuado algo para protecção dos meus filhos, dos filhos dos meus vizinhos assim como todas as pessoas de idade que passaram lá e que morreram lá, houve 3 pessoas de idade que morreram lá. Agradecia que tivesse esse esclarecimento. Muito obrigado. -----

-----Foi-me dito que foi efectuado bastantes coisas eu gostaria de saber o que é que foi efectuado na Quinta do Conde. Não há escolas, o Centro de Saúde é antigo, nem me atrevo a lá ir, as estradas são uma vergonha, cada vez que saio de casa não há só uma piscina na Quinta do Conde mas há uma data delas porque à saída da minha casa há uma data de piscinas. Eu não tenho esgotos, já pago impostos há imenso tempo, desde que habito a Quinta do Conde, mas não tenho esgotos, gostaria de saber quando é que vão ser implementados. O Sr. diz que foram feitas as obras prioritárias. Eu

penso que são prioritárias as obras na educação e na saúde, eu não vejo nada na Quinta do Conde. Agradecia que me explicassem isso por favor. “ -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a Muniçipe devia estar há pouco tempo a viver no Concelho de Sesimbra, e aquilo que lhe parecia que era fundamental para perceber o que não compreendia na transmissão das palavras da Muniçipe sobre a Quinta do Conde era ler o que eram as AUGI's, donde nascera a Quinta do Conde e como nascera, e depois então que reivindicasse. ----

----- Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e quinze minutos do dia 4 de Maio. -----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Membros que o desejarem fazer. -----